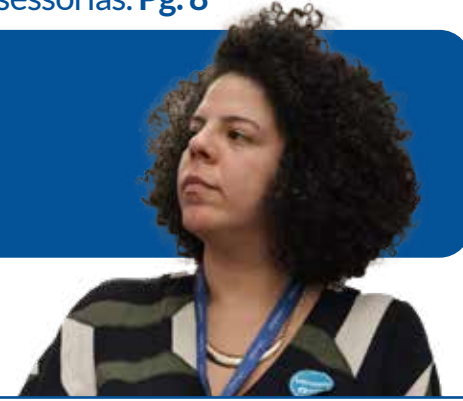


VOZES do Paraopeba



Minas Gerais - junho de 2023 | Ano 2 | Edição 19 | www.aedasmg.org | distribuição gratuita |  Aedas

DIREITO À LIQUIDAÇÃO COLETIVA E PARTICIPAÇÃO INFORMADA

No Dia Mundial do Meio Ambiente, Atingidos e Atingidas da Bacia do Paraopeba realizam atos com as Instituições de Justiça pela Liquidação Coletiva dos danos individuais e pelo Direito à Assessoria Técnica para garantia da Participação Informada prevista no acordo.



VOZES DA GENTE

Pessoas Atingidas criticam corte dos recursos das Assessorias Técnicas Independentes

pág. 03

HISTÓRIAS ATINGIDAS

Conheça as histórias de Maura e Marli, duas amigas unidas pela pescaria no Rio Paraopeba

pág. 04

ANEXOS I.3 E I.4

Povos e Comunidades Tradicionais têm seus projetos pré-selecionados e validam escolhas

pág. 05

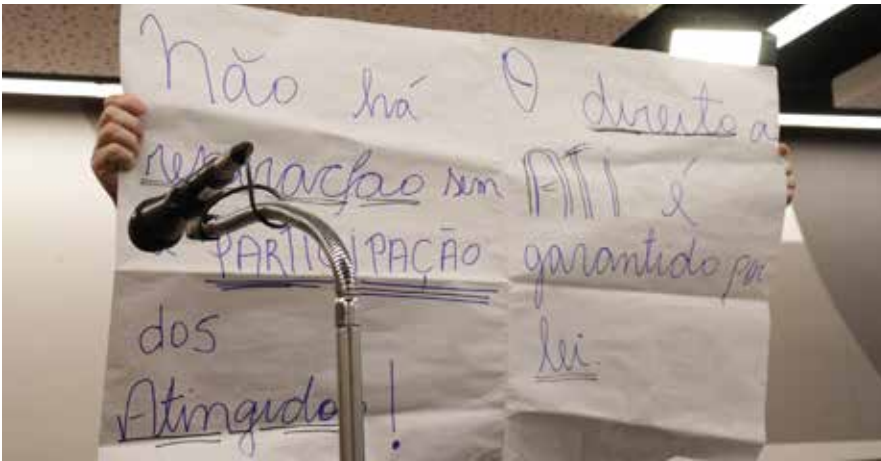
AUDIÊNCIA NA CÂMARA FEDERAL

Atingidos participam de audiência para debater rompimento da barragem em Brumadinho

pág. 10

CORTE DE 50% DO ORÇAMENTO EXIGE DEMISSÕES E REESTRUTURAÇÃO PROFUNDA NA ASSESSORIA

Valmir Macêdo



O primeiro semestre no ano de 2023 foi marcado por decisões que interferiram no trabalho das ATIs e na reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem em Brumadinho. Entre elas, destacamos o corte feito pelas Instituições de Justiça de cerca de 50% do orçamento aos Planos de Trabalho das ATIs anteriormente aprovados e a decisão da Liquidação Coletiva dos Danos, que daria início a fase coletiva de identificação,

comprovação e cálculo dos danos individuais causados às pessoas atingidas pelo rompimento. Como consequência desse corte, a Aedas efetuou o desligamento de mais de 80 trabalhadores ainda no primeiro semestre e precisou reestruturar a metodologia de atuação da assessoria e a própria organização interna da entidade.

O andamento da liquidação coletiva dos danos encontra-se suspenso após o recurso da Vale S.A. Em resposta ao recurso

da Vale, a Defensoria Pública Estadual - DPE se colocou contrária à liquidação coletiva dos danos individuais homogêneos, indo em sentido oposto ao de sua primeira manifestação, que refletia também os posicionamentos e interesses expressos das pessoas atingidas.

“
A Aedas efetuou o desligamento de mais de 80 trabalhadores ainda no primeiro semestre

Em resposta a posição da DPE, o Dia Mundial do Meio Ambiente - 5 de junho - foi marcado por manifestações e reuniões com defensores públicos, procurador-geral e desembargador do TJMG. Os atos foram organizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens e reuniram grupos atingidos de todas as Regiões da Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias. As pessoas atingidas reivindicaram o Direito a liquidação coletiva das Indenizações Individuais, denunciaram o corte do orçamento das ATIs que fere a participação informada das pessoas atingidas no processo de reparação e defenderam o direito a Assessoria Técnica Independente.

Expediente

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.

Aedas - Coordenação Estadual: Cauê Melo, Heiza Maria Dias, Luis Henrique Shikasho
Aedas Paraopeba - Coordenação Geral de Projeto: Flávia Gondim
Assessoria da Coordenação Institucional: Nina de Castro Jorge, Gabriela Cotta Rena
Coordenação Territorial: Vanderlei Martini
Coordenação de Comunicação: Elaine Bezerra, Diva Braga
Equipe de Comunicação: Aleff Rodrigues, Felipe Cunha, Lucas Jerônimo, Valmir Macêdo, Wagner Túlio Paulino.

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas | Tiragem: 8 mil exemplares

www.aedasmg.org

CNPJ: 03.597.850/0001-07

Contatos Aedas Paraopeba

Brumadinho - Região 1 (31) 9 9840-1487

atingidosparaopeba1@aedasmg.org

Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, (31) 97140-4559

São Joaquim de Bicas - Região 2 atingidosparaopeba2@aedasmg.org



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

“Pescava pra vender, pra comer, a gente pescava muito aqui, principalmente dourado (...)
pegava dourado aqui de 10, 15, 20 kg, curimatã pegava muito, piau, aí a gente vendia muito, comia também, agora não pode fazer”



29 JUN

Dia do pescador e da pescadora

VOZES DA GENTE

As vozes dos territórios são plurais e juntas ecoam a luta pela Reparação Integral. O Vozes da Gente desta edição repercute as falas das pessoas atingidas durante a audiência pública sobre o corte de recursos das assessorias técnicas e no ato do dia 5 de junho, que marcou o Dia do Meio Ambiente.

ASSESSORIA TÉCNICA E A SOLIDARIEDADE COM AS PESSOAS ATINGIDAS

“Esse corte, ele vem atender só um objetivo: de mostrar a desigualdade nessa luta. [...] Se a gente tem alguma ajuda, vem das nossas ATIs [...]. A Aedas, que atua no território da região 1 e 2, eu me lembro de situações deles ficarem agarrados no meio do território, cheio de lama, enfrentando junto com a gente.



AS ATIS ESTÃO A SERVIÇO DAS PESSOAS ATINGIDAS

“Hoje eu falo pra vocês porque estão retirando as ATIs: porque elas não têm relações promíscuas com o governador Zema [...]. A nossa família morreu soterrada viva e nós estamos morrendo vivos, soterrados pelas injustiças cometidas pela Vale e todas as Instituições de Justiça que aprovam. Hoje nós temos aqui as ATIs que são as únicas que provaram pra Vale que nós somos atingidos de verdade [...]



SHIRLENE GERDIKEN - Aranha, Brumadinho, durante audiência pública no dia 09/05/23 na ALMG

CLAUDIA SARAIVA - Ponte das Almorreimas, Brumadinho, durante audiência pública no dia 09/05/23 na ALMG

LIMITAR AS ATIS É RESTRINGIR DIREITOS

“As ATIs são importantes. Por que limite para as ATIs e não limite para a Vale parar de minerar e matar o nosso estado? Nós estamos lutando pela garantia de um direito que são as assessorias técnicas. As assessorias precisam permanecer enquanto a reparação não for feita efetivamente.



AS ATIS SÃO IMPORTANTES PARA A REPARAÇÃO

“Estamos sujeitos a perder nossas Assessorias Técnicas Independentes. A nossa (região 2) é a Aedas. Não tem como falar de reparação e não falar da importância das ATIs. Necessitamos das ATIs, ela é a nossa ferramenta de trabalho. É a nossa chave, nossa foice e nosso facão.



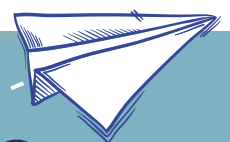
OGAN JOÃO PIO - Ilê Axé Alá Tooloribi, Juatuba, durante audiência pública no dia 09/05/23 na ALMG

MARIA SANTANA SANTOS - Vale do Sol, São Joaquim de Bicas, durante o ato do Dia Mundial do Meio Ambiente

Participe do Vozes da Gente!
Envie sua mensagem para as redes sociais da Aedas ou fale com a equipe de Mobilização que acompanha a sua comunidade.



aedasmg.org | @aedasmg



histórias atingidas

No mês em que se celebra o Dia do Pescador (29 de junho), conheça a história de Maura e Marli, duas amigas unidas pela pescaria no Rio Paraopeba. Mesmo com os danos causados pelo rompimento, elas seguem se fortalecendo, desejam saúde ao rio e a retomada do que mais gostam: a pesca.

Texto e fotografias: Felipe Cunha

O RIO PARAPEBA ENQUANTO MEIO DE CURA, DE RENDA E LAZER.

Maura é mãe de dois filhos. Ela nasceu em Belo Horizonte, morou em Esmeraldas e há 20 anos tem sua casa em Citrolândia, região próxima ao Rio Paraopeba na cidade de Betim. Marli nasceu em Osasco, mudou-se para São Joaquim de Bicas e há 6 anos mora próxima a Maura. Ela tem 3 filhos.

Antes do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, Maura e Marli desciam sempre juntas e passavam todos os dias da semana na beira do Rio Paraopeba pescando. Se alguém quisesse encontrá-las, era lá na beira do rio. Levavam almoço, lanche da tarde e ficavam até o anoitecer.

“Pescávamos tilápia, lambari, piauzinho, bagre e outros. Fazíamos um dinheiro extra, comíamos os peixes. Depois que a barragem rompeu, acabou. A nossa pescaria acabou, nosso lazer, nosso sustento. Agora a gente fica com medo de entrar



▪ **MAURA APARECIDA**
▪ 59 ANOS
▪ BETIM

▪ **MARLI PENHA**
▪ 65 ANOS
▪ BETIM

em depressão, pois só ficamos dentro de casa”, diz Marli, que chegou a acampar na beira do Rio Paraopeba por 3 dias. “Cheguei a dormir acampada com um pessoal que conheci, a Maura não, porque tinha medo [risos]. É bonito o rio quando amanhece o dia, os passarinhos começam a levantar voo.”

Maura relata que o Rio Paraopeba é um lugar de cura e “que a gente ia e ficava à vontade. Era a mesma coisa que

ficar na casa da gente. Nos divertíamos, vendíamos os peixes (...). Hoje, se eu pegar um peixe lá ninguém compra. Hoje estamos cismadas com a qualidade das águas e dos peixes”.

A renda de Maura e Marli, atualmente, é o auxílio emergencial de meio salário-mínimo e benefício do governo [bolsa-família, no caso de Maura].

“Acabou a nossa alegria depois do rompimento, morreu o Rio Paraopeba e parte da gente

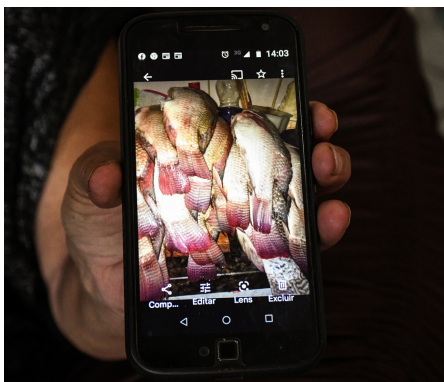
“

A pesca é a coisa mais maravilhosa que existe no mundo.

também. A pesca para mim é saúde, diversão. É tudo! Além disso, a pesca me ajudou a superar a morte da minha mãe. Fiquei muito deprimida. Eu tomava remédio para depressão e melhorei bastante graças à pesca. Estou até hoje pescando. Mas não vou mais no Paraopeba, agora me desloco para mais longe para outros rios.” disse Maura.

Já Marli, que pesca desde os 9 anos de idade, relatou que a pesca foi sua companhia de toda vida, “A pesca é a coisa mais maravilhosa que existe no mundo.”

As duas amigas hoje se fortalecem e desejam a retomada de seus modos de vida e que o rio volte a sua saúde. “O rio é uma vida, e sem essa natureza que Deus deixou pra gente, não somos nada. Eu peço que as pessoas cuidem e deem mais valor”, finaliza Maura.



PCTs RETOMAM DEBATE SOBRE OS ANEXOS 1.3 e 1.4

PROJETOS. Comitê Pró-Brumadinho divulgou os projetos pré-selecionados priorizados pelos Povos e Comunidades Tradicionais

Equipe Povos e Comunidades Tradicionais

O Comitê Pró-Brumadinho divulgou, no mês de março, os projetos pré-selecionados dos anexos 1.3 e 1.4 para cada município e que foram escolhidos pelos Povos e Comunidades Tradicionais.

As comunidades quilombolas de Marinhos, Ribeirão, Sapé, Rodrigues, em Brumadinho, tiveram como projeto pré-selecionado o Programa de fortalecimento institucional e fomento às diversas formas de expressão cultural local para geração e circulação de renda nas comunidades quilombolas e demais comunidades da região de Brumadinho.

Para os PCTRAMA dos municípios de Betim, Juatuba, São Joaquim de Bicas e Mateus Leme o projeto escolhido foi o Garantir o acesso à água aos povos e comunidades tradicionais de Religião Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA). O projeto tem como objetivo a aquisição e a instalação de caixas d'água em 6 Unidades Territoriais



Equipe PCT/Aedas

Reunião com PCTRAMA-Priorização de Projetos do Anexo 1.3

Tradicionais (UTTs) em Betim, 3 UTTs em Mateus Leme, 7 UTTs em Juatuba e 2 UTTs em São Joaquim de Bicas, totalizando 18 UTTs.

Já para o PCTRAMA do município de Igarapé o projeto Canalização de Córregos foi pré-selecionado. Esse projeto já está em fase de detalhamento e prevê a canalização de córregos que afetam as UTTs do município.

Para Mário Campos, o projeto pré-selecionado foi Capacitação Profissional,



Reunião com Quilombos em Brumadinho - Priorização do Anexo 1.4. Foto: Rurian Valentino/Aedas

“O projeto poderá ser executado após a finalização e aprovação do FDI

Financeira e Empreendedora para capacitar trabalhadores e jovens, prioritariamente do ensino médio, em temas ligados a educação financeira, orientação profissional, empreendedorismo e habilidades socioeconômicas.

Beatriz Borges, coordenadora da Equipe de Povos e Comunidades Tradicionais da Aedas, ressalta que esses projetos foram frutos da luta para que fosse respeitado o protocolo de consulta e garantidas suas especificidades no fortalecimento de políticas públicas para os PCTs enquanto agentes que salvaguardam do meio ambiente.

Após a divulgação dos projetos pré-selecionados, os PCTs das regiões 01 e 02 foram consultados e validaram as propostas.

Próximos passos

Durante os meses de junho e julho, os PCTs das regiões 01 e 02 farão o preenchimento do documento orientativo com o apoio da assessoria técnica. O documento é uma ferramenta apresenta todas as informações necessárias que devem compor o escopo dos projetos selecionados.

No município de Brumadinho, as comunidades quilombolas vão realizar essa fase de forma presencial em suas comunidades. Já nos municípios da Região 02, a elaboração do documento será feita em cada UTT, em formato híbrido (presencial e online), a depender da preferência de cada comunidade.

O preenchimento do documento orientativo é de suma importância para os PCTs, visto que será o instrumento que deverá nortear a análise técnica e financeira a ser feita pela pagadora Vale S.A, responsável pela execução dos projetos.

Após a etapa de preenchimento, os documentos orientativos seguem para análise técnica e financeira dos compromitentes. Estes, podem solicitar ajustes nos escopos dos projetos. O documento também será analisado pela executora Vale que realizará o detalhamento dos projetos através do FDI (Formulário de Detalhamento da Iniciativa). O projeto poderá ser executado após a finalização e aprovação do FDI.

ATINGIDOS EXIGEM O DIREITO À LIQUIDAÇÃO COLETIVA

LUTA. Dia Mundial do Meio Ambiente: atingidos foram ao TJMG e às sedes das Instituições de Justiça cobrar pelo direito à reparação individual

Valmir Macêdo

Após a suspensão da decisão que dava início à fase de liquidação da sentença no Paraopeba e a manifestação da Defensoria Pública contrária à liquidação coletiva, os atingidos da Bacia se reuniram, em Belo Horizonte, para uma agenda de diálogo com as instituições que são suas representações jurídicas no processo.

Na parte da manhã, o ato ocorreu na sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). À tarde, as pessoas atingidas foram à sede da Defensoria Pública Estadual (DPE) e, em seguida, ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Ilza Márcia, atingida do Bela Vista, em Brumadinho (MG), lamentou a demora nas respos-



Não estamos vendo respostas por quem cometeu esse crime

tas às comunidades atingidas.

“São muitos os danos que vivemos até hoje, todos os dias e não estamos vendo respostas por quem cometeu esse crime. Nós precisamos cuidar da nossa saúde dentro de Brumadinho, onde a Vale tem demonstrado que está colocando muito recurso, mas não é isso que se vê na prática”, disse Ilza.



Felipe Cunha

REUNIÃO COM DESEMBARGADOR

No TJMG, um grupo de atingidos se reuniu com o desembargador André Leite Praça, desembargador dos recursos no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Na ocasião, foi entregue uma Carta aos Desembargadores

da 19ª Câmara Cível do TJMG.

As pessoas defendem que a liquidação seja realizada em uma única ação judicial, de maneira coletiva, seguindo a decisão do juiz Murilo Silvio de Abreu, no dia 14 de março, que foi suspensa pelo TJMG após recurso da Vale. Por meio da Liquidação Coletiva, as pessoas podem

contar com uma entidade científica (UFMG), além do apoio de suas ATIs e das próprias Instituições de Justiça para determinar: quem sofreu os danos; quais os danos foram sofridos; quais as provas desses danos; como deve ser a reparação e qual o valor de reparação de cada tipo de dano.

Valmir Macêdo



Atingidos entregaram carta ao desembargador André Leite Praça, no TJMG.

REUNIÃO COM DEFENSORES PÚBLICOS

No turno da tarde, as pessoas atingidas foram à sede da Defensoria Pública de Minas Gerais. Representantes das cinco regiões, acompanhados por suas assessorias técnicas, foram recebidos por defensores públicos. Na pauta, a manifestação da Defensoria, contrária a liquidação coletiva.

No dia 16 de maio, a Defensoria Pública Estadual (DPE) se manifestou no processo discordando do procedimento de Liquidação Coletiva e sugerindo que sejam buscadas soluções em cooperação com a poluidora. Segundo a manifestação, cada pessoa atingida deve buscar individualmente a identificação, o reconhecimento e a reparação de seus

danos por meio de processos ou negociações individuais, preferencialmente, de forma extrajudicial, ou seja, sem ser por processo judicial.

A posição não foi bem recebida pela população atingida que não foi ouvida pela Defensoria antes dessa manifestação.

Durante a reunião na Defensoria, a Aedas sugeriu uma reunião com diálogo técnico e a retomada do Documento H, solicitado e entregue no ano



Nós entendemos que o processo coletivo é o mais adequado

de 2022 às Instituições de Justiça. O documento apresenta um estudo sobre os caminhos processuais.

REUNIÃO COM O PROCURADOR-GERAL

No final da tarde, os atingidos se dirigiram para a sede do Ministério Público de Minas onde foram recebidos pelo Procurador-Geral Jarbas Soares Júnior. Ele se comprometeu em defender os interesses da população atingida e a manter o posicionamento, por parte do Ministério Público, favorável à liquidação coletiva.

“Nós entendemos que o processo coletivo é o mais adequado, é o mais rápido, é o que já está na mesa. Então, a inversão disso agora será muito prejudicial. As pessoas já estão passando necessidade e, se nós entrarmos nessa discussão agora, nós não vamos chegar a lugar nenhum”, disse o procurador-geral aos atingidos.

CARTA DAS CRIANÇAS DA BACIA DO PARAOPEBA

Durante as reuniões no TJMG e nas Instituições de Justiça, foram entregues cartas escritas nos espaços da Ciranda pelas crianças atingidas, com o apoio da equipe de Pedagogia da Aedas. O documento traz a leitura das crianças sobre os danos sofridos nos territórios e a necessidade de reparação com um olhar específico.

EQUILÍBRIO DE FORÇAS NA JUSTIÇA

Para o advogado Rawy Sena, da Aedas, a liquidação coletiva é também um caminho que dá mais equilíbrio na relação atingido versus o tamanho econômico e técnico de uma mineradora multinacional como a Vale S.A.



A posição dos atingidos é que a liquidação se dê de maneira coletiva

“A posição dos atingidos é que a liquidação se dê de maneira coletiva, até para tentar equiparar um pouco em relação à Vale, que é uma das maiores mineradoras do planeta, que tem todo o aparato técnico-financeiro para conseguir os melhores experts. Os

atingidos, se não houver uma ação contundente do judiciário mineiro e das Instituições de Justiça que atuam no caso, eles não conseguirão, por via individual, ter uma reparação justa, tendo em vista a disparidade que há quando vai se judicializar algo ou litigar contra a Vale”, explicou o advogado.

O Ministério Público Estadual defendeu, no recurso publicado na contraminuta apresentada no último dia 07 de junho, ser cabível a liquidação da sentença, no processo coletivo, quanto aos direitos individuais homogêneos, bem como que seja assegurado o direito às Assessorias Técnicas Independentes, conforme previsto no art. 3º, VIII, da Lei Estadual de Política dos Atingidos por Barragens e a realização de perícias complementares pela UFMG, que já aceitou o encargo.

O próximo passo é aguardar a manifestação do Ministério Público Federal e o julgamento do recurso pelos desembargadores da 19ª Câmara Cível do TJMG.

Felipe Cunha



Atingidos na frente do TJMG no dia 5 de junho

CORTE DE RECURSOS OBRIGA REDUÇÃO DE MAIS DE 50% DO TRABALHO DA ASSESSORIA NAS REGIÕES 1 E 2

Valmir Macêdo

Lucas Jerônimo e Felipe Cunha

Em entrevista, Flávia Gondim, Coordenadora Institucional da Aedas Paraopeba, traz informações sobre a importância das Assessorias Técnicas Independentes no processo de reparação e como o corte de recursos, anunciado em março de 2023, impacta a atuação das ATIs.

Aedas: Quando e como foi tomada a decisão que estabelece corte no orçamento das ATIs?

Flávia Gondim - No mês de março de 2023 a gente recebe um ofício das Instituições de Justiça designando um valor para o primeiro semestre [de 2023] e que esse valor representava um corte de aproximadamente 50% do Plano de Trabalho que tinha sido aprovado. Com o recurso cortado pela metade, não conseguimos fazer a entrega e nem manter todas as atividades que estavam no Plano.



Com o recurso cortado pela metade, não conseguimos manter todas as atividades



Flávia Gondim, Coordenadora Institucional da Aedas Paraopeba.

Aedas: De que maneira esse corte afeta o trabalho da ATI?

FG: O principal impacto é a necessidade que a instituição tem de fazer uma desmobilização muito intensa no curto espaço de tempo para conseguir se organizar financeiramente diante desse corte. Então é importante colocar que nesse primeiro semestre de 2023, mais de 80 trabalhadores foram desligados nesse período de desmobilização. Isso é de um impacto muito grande para nossa atuação em campo.

Aedas: Essa instabilidade com as ATIs se deu agora ou ocorre há mais tempo? Como estava antes do anúncio do corte?

FG: Essa instabilidade que a gente falou do início desse ano até agora, ela não está acontecendo apenas nesse momento. Nós temos um histórico em relação a isso. É importante colocar que quando o Acordo foi celebrado, em fevereiro de 2021, nós, enquanto ATI escrevemos diversos Planos de Trabalho, escrevemos o Plano Operacional Transitório, o

Plano de Trabalho 02, 03 e não tivemos esse Plano aprovado no decorrer desse tempo. É o Plano que orienta a atuação da ATI em campo.

Aedas: E sobre o planejamento, há plano de trabalho aprovado, efetivado?

FG: Quando a gente fala de gestão e de organização do trabalho, a gente fala de prestar o melhor assessoramento possível as pessoas atingidas na ponta. Isso é garantia do direito. Quando a gente não tem um Plano de Trabalho aprovado, a gente prejudica por completo o planejamento de atuação da ATI e a discussão com as pessoas atingidas em relação a essas atividades que vão ser realizadas. Quando a gente fala desse prejuízo de gestão do processo e do planejamento das Assessorias Técnicas, a gente está falando exatamente do prejuízo ao assessoramento a população atingida na ponta.

Aedas: Como é construído Plano de trabalho da ATI?

FG: Em relação ao Plano de Trabalho, é importante colocar que ele é construído sobretudo a partir da nossa atuação como Assessoria Técnica em campo. Em campo, nos espaços participativos, nos permanentes diálogos que nós temos com a população atingida das regiões que atuamos é que a gente identifica os principais

pontos e como é que a gente consegue aprimorar a nossa metodologia de atuação enquanto Assessoria Técnica.

Aedas: Como tem sido o diálogo da Aedas com as IJs para uma solução diante desse impasse?

FG: Desde que a Aedas foi comunicada e oficiada pelas IJs em relação a esse corte, a gente tem se posicionado no sentido tanto de evidenciar os prejuízos da nossa atuação e questionando as IJs em relação a várias indefinições que seguem prejudicando o planejamento e atuação das ATIs. Então a gente tem alertado sobre os prejuízos em termos de gestão, da maneira como o corte foi feito e o impacto que tem nesse semestre 2023, como também evidenciado a falta de um retorno sobre qual

é o Valor Global da atuação da Assessoria Técnica nos próximos dois anos e meio, uma vez que o Plano é de três anos.

Aedas: E diante da redução das frentes de trabalho, como tem sido a atuação junto aos atingidos?

FG: Esse corte tem um impacto muito grande na nossa atuação. Mas mesmo com o corte, a gente internamente fez um intenso trabalho de reorganização para tentar minimizar os impactos e tentar fazer com que a gente não pare de atuar junto às populações atingidas. A gente já tem comunicado isso para as populações atingidas.

Aedas: Neste momento, existe alguma expectativa de novos encaminhamentos,

quais as últimas atualizações?

FG: Diante de todas as movimentações que foram feitas nestes primeiros semestres após o corte ter sido anunciado pelas IJs, nós encaminhamos diversos ofícios, encaminhamos ofícios conjuntamente com as outras ATIs, fizemos várias reuniões, participamos de Assembleia que foi organizada pelas Deputadas Estaduais para discutir a questão do corte e até o momento nós não tivemos nenhum retorno. Nós



Estamos falando de um direito que está sendo prejudicado

não sabemos quanto é que nós vamos receber no próximo semestre, a partir de julho, e também não sabemos qual é o valor que a gente vai ter pra trabalhar nos próximos dois anos e meio.

Aedas - Qual a mensagem da Aedas para os atingidos diante dessa situação?

FG: O nosso posicionamento é em defesa do direito à ATI. Quando os recursos não são repassados na data correta, quando as ATIs estão numa situação de instabilidade financeira, quando o Plano de Trabalho aprovado não consegue ser executado porque o corte foi feito após essa aprovação, o que inviabiliza a nossa atuação, a gente fala de todos esses elementos. Estamos falando de um direito que está sendo mitigado, de um direito que está sendo prejudicado pela falta de gestão, pela falta de organização do processo.

Felipe Cunha



Atingidos das 5 regiões participam de ato em frente ao TJMG no Dia Mundial do Meio Ambiente.

COMISSÃO EXTERNA DEBATE O ACORDO DE BRUMADINHO E OS DESAFIOS NA REPARAÇÃO DA BACIA DO PARAOPEBA

Felipe Cunha

FISCALIZAÇÃO.

Audiência pública na Câmara Federal dos deputados avalia Acordo de Brumadinho.

Felipe Cunha

No dia 13 de junho ocorreu uma Audiência Pública no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), para avaliar o Acordo de Brumadinho, firmado entre a Vale S.A, o Estado de Minas Gerais e as Instituições de Justiça.

A Audiência contou com a presença de lideranças atingidas representantes das 5 regiões da Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias; representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais de Religião Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA); representante do Paraopeba Participa, membro da Coordenação



Mesa na plenária contou com a presença de Makota Diundala, de Mateus Leme, representando os PCTRAMA.

Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e representantes das ATIs.

Também compareceram a Procuradora-Chefe da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente da Advocacia-Geral da União; representante do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); representante da Secretária-Geral da Presidência da República e os/as deputados/as federais Rogério Correia (PT), Célia Xakriabá (Pso) e Pedro Aihara (Patriota).

Durante a audiência, as pessoas atingidas pediram contribuição das autoridades federais para que a reparação ocorra de forma justa,

devida, horizontal e integral.

Ilza Marcia, representante da região (Brumadinho), reforçou que é preciso haver mais diálogos diretos e frequentes entre os atingidos e Comitê de Compromitentes para que toda população atingida consiga acompanhar a execução do acordo.



Falta transparência, agilidade e resposta direta aos atingidos

Já Michelle Rocha, representante da região 2, criticou a falta de transparência em relação

a gestão do Acordo: “em um Acordo com vários anexos, falta transparência, agilidade e resposta direta aos atingidos (...) quando quisemos mudar algo do Acordo, foi nos dada a resposta que nada poderia ser feito. No entanto, com o decorrer do tempo, tem acontecido mudanças de lá pra cá, [por parte das IJs e do Estado] e quando propomos mudanças, temos a negativa”, enfatizou.

Após o debate, foi encaminhada a proposição de uma audiência com o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, para debater-se em três projetos (já aprovados na Câmara) sobre esse tema.

Felipe Cunha



Atingidos das 5 regiões da Bacia dialogam com integrantes do Governo Federal no Palácio do Planalto sobre o impacto do rompimento e as falhas do Acordo.

ATINGIDOS VÃO AO PALÁCIO DO PLANALTO

No dia seguinte, na manhã da quarta-feira (14), os atingidos se reuniram no Palácio do Planalto, na sala da Secretaria-Geral da Presidência, para pautar questões sobre os processos de indenização. Na reunião, estavam presentes o assessor da Casa Civil, Advogado Geral da União Adjunto, membro da Advocacia-Geral da União, representante da Secretaria-Geral

da Presidência, chefe de gabinete do Dep. Federal Rogério Correia, representante de diálogos sociais da Secretaria-Geral da Presidência, Assessorias Técnicas Independentes e integrantes de movimentos sociais.

Os atingidos e atingidas presentes manifestaram interesse em uma interlocução federal nas questões que envolvem a reparação e ao processo de indenização.

Giro

DE NOTÍCIAS

REUNIÃO NA OCUPAÇÃO SANTA FÉ



Reunião na Ocupação Santa Fé
Foto: Aedas

Equipe da Aedas se reuniu com a Ocupação Santa Fé, no município de Juatuba, no dia 07 de junho, para dialogar sobre dúvidas referente ao PTR, principalmente, sobre as poligonais. A ocupação Santa Fé, assim como outras ocupações do território sem regularização fundiária, ainda não conseguiu acessar o direito ao Programa de Transferência de Renda.

ESTUDO SOBRE IMPACTOS DAS ENCHENTES



Enchentes em comunidade
(Foto: Aedas)

Estão em andamento dois estudos desenvolvidos pela Universidade Federal de Lavras e pela empresa Arcadis sobre o impacto das chuvas em 2020 e 2022. Os estudos buscam analisar os elementos potencialmente tóxicos e caracterizar os materiais depositados no solo após as inundações. Resultados preliminares apontaram a presença de rejeito em amostras de solo coletadas nas Regiões 1 e 2. A AECOM recomenda que os estudos sejam aprofundados.

NORMA QUE RESTRINGIA CONSULTA PRÉVIA AOS POVOS TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS É REVOGADA

Felipe Cunha/Aedas



A ex-Resolução violava o direito à consulta e aos consentimentos prévios, livres e informados dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)

A Resolução Conjunta nº 01/22 do Estado de Minas Gerais que regulava a consulta prévia e livre aos povos tradicionais atingidos por empreendimentos econômicos, a exemplo da mineração, foi revogada no dia 31 de maio após luta dos Povos e Comunidades Tradicionais, movimentos sociais, instituições, pesquisadores e parlamentares parceiros.

“A Resolução estadual foi criticada pelas comunidades tradicionais pois contrariava o princípio da autodeterminação

A Resolução estadual foi criticada pelas comunidades tradicionais pois contrariava o princípio da autodeterminação. Na resolução, que vigorou por mais de um ano, somente os povos e comunidades certificados oficialmente teriam o direito de serem consultados.

A resolução estadual também dava o prazo de apenas 45 dias para a realização da consulta e oferecia a possibilidade do próprio empreendedor fazer a consulta, ou seja, a comunidade ser consultada pelo mesmo empreendimento que poderia impactá-la.

“Ficou muito nítido que a atual gestão do governo de Minas pretendia privilegiar e viabilizar os interesses dos megaempreendimentos minerários, imobiliários e do agronegócio, violando os direitos dos povos e comunidades tradicionais”, explicou Alenice Baeta, técnica da equipe de PCTs.

Giro

DE NOTÍCIAS

POLIGONAL DO PTR EM SANTA ANA



Georeferenciamento em São Joaquim de Bicas. (Foto: FGV)

As Instituições de Justiça solicitaram à Fundação Getúlio Vargas estudo de revisão da poligonal da comunidade Santa Ana, localizada no município de Igarapé (MG). A revisão da poligonal, solicitada no mês de maio, foi resultado de ofício enviado pela Aedas. A partir dos estudos técnicos realizados pela ATI, o pleito da comunidade é que Santa Ana seja incluída no PTR.

RUA AMIANTO É COMUNIDADE RIBEIRINHA



Reunião na Rua Amianto para a construção do Protocolo de Consulta Prévia. (Foto: Thais Mendes)

A comunidade tradicional ribeirinha Rua Amianto, em Brumadinho (MG), demandou da Aedas a construção do seu Protocolo de Consulta. No dia 04 de junho, lideranças, comissões e equipe da ATI elaboraram a minuta do protocolo que, após aprovação do texto pela comunidade, deverá ser usado no processo de reparação dos danos pelo rompimento e para outras atividades realizadas na comunidade ribeirinha.

ONDE ESTÁ A REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL?

12,7 milhões
de metros
cúbicos de rejeitos

área atingida equivale a
377 campos
de futebol

26 municípios
atingidos pelo minério

